

Cap. in José d'Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 89-102.

Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX

Maria Antónia Lopes
Universidade de Coimbra

Introdução

Pediram-me que vos falasse de Coimbra expondo algumas das conclusões a que tenho chegado no âmbito das minhas pesquisas. Vou, pois, referir-me ao pobres que aqui viveram entre meados do século XVIII e meados do XIX e às respostas que a cidade deu a este problema. De que poderia falar, de facto, senão da pobreza e assistência coimbrãs? Tem sido essa a minha busca no passado de Coimbra¹.

1. Dimensão e distribuição da pobreza coimbrã

É muito difícil definir os conceitos de pobre e de pobreza. Esta questão levar-nos-ia muito longe, mas entenderemos aqui por pobre todo aquele que sofre privações pelo menos numa das seguintes necessidades básicas: alimentação, vestuário e alojamento. Pobreza muito grave, portanto. Mesmo assim circunscrita, é praticamente impossível de quantificar. As fontes são quase inexistentes e as situações sociais mudavam repentina e drasticamente ao sabor das conjunturas. Posso, portanto, dizer apenas o seguinte:

Analisando um rol de famílias pobres elaborado pelo pároco da freguesia de S. Bartolomeu em 1816 a pedido da Misericórdia, verifica-se que 34% dos agregados

¹ O texto que se segue é um conjunto de conclusões que podem ser encontradas mais desenvolvidas e devidamente fundamentadas na minha tese de doutoramento (LOPES, 2000) e que aqui exporei de forma sucinta e sem aparato erudito, procurando o mais possível aproximar-me da comunicação oral.

familiares foram aí incluídos, ou seja, foram considerados pobres e merecedores de socorro excluindo, portanto, todos os marginais. Com base em documentação produzida na Misericórdia pode concluir-se que em Dezembro de 1843 as famílias pobres meritórias de Coimbra rondariam os 30%. E em 1846, segundo uma listagem de natureza fiscal e referente a 5 das 9 freguesias da cidade, foram classificados como incapazes de pagar imposto 18 a 19% dos fogos citadinos, existindo, no entanto, fortes assimetrias na malha urbana: em Almedina e em S. Salvador apenas 8 a 11% das famílias seriam “indigentes”, mas em Santa Justa atingiriam os 34 ou 35%.

A fontes que estudei permitem perceber que a distribuição espacial da pobreza não só não era uniforme, como foi mudando ao longo destes 100 anos. Nas freguesias de Santa Cruz e, sempre em crescendo, na de Santa Justa, encontravam-se as maiores concentrações de pobres. Por meados de Setecentos havia também fortes bolsas de pobreza em S. Tiago que foram diminuindo ao longo da centúria em apreço. S. Bartolomeu e S. Tiago, os espaços laboriosos da cidade onde se concentravam os artífices, eram zonas pouco escolhidas pelos estratos intelectuais e nobilitados da cidade e tinham também menor peso proporcional de pobres do que as restantes paróquias da Baixa. As freguesias mais altas da cidade quase não albergavam artífices. Eram as zonas residenciais do escol social coimbrão que se instalava nas imediações da Universidade, da Catedral, do Paço episcopal e dos inúmeros colégios da Alta. Mas eram também, e cada vez mais no século XIX, áreas habitadas por gente muito pobre. Em meados de Oitocentos, a Sé e S. Pedro albergavam os mais estimados grupos sociais, assim como acolhiam os indivíduos mais despojados.

Assim, se havia preferências notórias, não existia, porém, segregação. O espaço urbano era muito mais interclassista do que é na actualidade. Residiam nas mesmas ruas lentes e miseráveis que se socorriam das esmolas da Misericórdia. Esta atitude é extremamente reveladora. A pobreza não constituía ainda o estigma fracturante que apresenta actualmente. Estigmatizados estavam, sim, os comportamentos.

2. Tipologia da pobreza coimbrã

Tudo aponta para uma taxa de feminilidade da pobreza coimbrã rondando ou ultrapassando os 70%, confirmando-se o peso avassalador do sexo feminino na população indigente, o que é uma constante já salientada pela historiografia europeia da pobreza.

A dimensão das famílias pobres é pequena: segundo os róis elaborados pelos párocos, em 1814 e 1816, 79% têm 1 a 3 pessoas, pois a pobreza impossibilitava grandes agregados familiares. A reduzida dimensão das famílias pobres é também uma constante verificada por todos os historiadores europeus da pobreza. E para a região de Coimbra já se concluiu o mesmo relativamente às populações rurais (MOTA, 1990: 54-57; MOTA, 1998: 86).

Os pobres de Coimbra socorridos pelas instituições de assistência eram ou tinham sido trabalhadores não qualificados, criados e artesãos (sobretudo fogueteiros, sapateiros, carpinteiros, alfaiates e barbeiros). Era forte a proporção de desenraizados, imigrantes que aqui procuravam melhorar a vida mas não conseguiam atravessar o limiar da pobreza. No universo feminino havia grande incidência de mulheres recolhidas, pobres envergonhadas que subsistiam penosamente pelo “trabalho de mãos”; de criadas “desacomodadas”, que, uma vez despedidas, se viam em situações extremamente penosas; e de não-naturais de Coimbra, cuja situação de desenraizamento facilmente as conduzia à marginalidade (entre as detidas pela Polícia Académica nos anos 1797-1806, na sua quase totalidade acusadas de prostituição, 71% haviam nascido fora da cidade).

Acrescentem-se mais alguns elementos para se completar o retrato-padrão do pobre de Coimbra:

As informações que coligi e os estudos de António de Oliveira (1972, II: 337-362), Rui Casção (1978: 7) e João Roque (1982: 263-293, 405-441) permitem concluir que a alimentação popular na região de Coimbra, feita à base de pão, legumes e, em segundo plano, bacalhau, sardinhas e alguma (muito pouca) carne de porco, era desequilibrada e insuficiente. Também a castanha era consumida, nomeadamente aquando das carestias dos cereais. A batata generalizou-se na alimentação popular muito provavelmente só a partir do segundo terço do século XIX, embora desde os princípios da centúria se

procurasse promover o seu cultivo (NETO, 1994: 65-66). Nas dietas dos internatos da Misericórdia, a batata surge pela primeira vez só em 1840².

Além de subnutridas, as camadas mais baixas da população tinham grande dificuldade na aquisição de vestuário devido ao seu preço proibitivo. E, mal agasalhadas, sofriam com frio e/ou vergonha. Eis dois exemplos que nos ajudam a avaliar a gravidade do problema: uma mulher assedadeira ganhava, em 1750, 40 réis diários, ano em que a Santa Casa gastava com a alimentação de cada doente do Tronco (hospedaria dos pobres) 60 réis por dia; em 1813 os serventes de pedreiro foram taxados pela Câmara Municipal a 120 réis diários, embora nessa mesma época a Misericórdia calculasse que as funcionárias da Roda precisassem de 160 réis/dia para as despesas alimentares. Com tais rendimentos que mal davam para a alimentação, como se poderia arcar ainda com as despesas de alojamento e de vestuário? Ora, uma saia de tecido grosseiro podia custar de 2500 a 3500 réis, um capote de homem ou de mulher nunca menos de 3000 réis, uma mantilha rondava os 4000, a véstia e calção, o mínimo imprescindível da indumentária masculina, também nunca menos de 3000. Mas para um homem se vestir completamente seria ainda necessário camisa, colete, meias, sapatos, chapéu e capote. Quanto às mulheres, eram indispensáveis a saia, a camisa e o lenço. Não ter capote (ou capa, tricana ou mantilha) era motivo de vergonha para muitas. Por isso tantas mulheres suplicam à Misericórdia que lhes dê um capote nem que seja usado e velho. Os capotes, as mantilhas e as capas, que encobrem todas as misérias, constituem, de facto, 79% do vestuário pedido pelas mulheres pobres. Explica uma suplicante de 1813 que precisa de um capote porque é “traste que encobre a falta de outros” e outra, do mesmo ano, porque “he huma das necessidades que faz no seu espirito mayor impressaõ pela modestia e decencia que exige o seu séxo”.

Todos este pobres que esmolavam roupa diziam padecer frio ou vergonha pela sua falta. O frio era também provocado pelas péssimas condições de alojamento. A Baixa coimbrã via-se quase todos os anos inundada pelo Mondego. As rendas eram caras, tornando-se muitas vezes necessário partilhar espaços exíguos e insalubres. É evidente

² Sobre alimentação dos estudantes universitários setecentistas, veja-se Fernando Taveira da Fonseca (1992, I: 315-328).

que todas estas condições (subnutrição, frio, humidade, promiscuidade, trabalho contínuo e esgotante devido à fragilidade da remuneração laboral) provocavam o péssimo estado sanitário destas gentes que, segundo os médicos da época, sofriam sobretudo de doenças pulmonares, reumatismo, paludismo e moléstias gastrointestinais. Mas, segundo o testemunho dos próprios pobres, que colhi em cerca de 1500 petições de esmola entregues na Misericórdia entre 1769 e 1843, as enfermidades que mais os afligiam eram os tolhimentos de mãos, braços ou pernas, a cegueira ou perda parcial da visão, as doenças de peito e o reumatismo. A idade, o reumatismo, a lepra, os aleijões (que hoje seriam facilmente ultrapassados), tudo isso provocava entreação, impossibilitando o trabalho e conduzindo rapidamente à pobreza. Se a cegueira total era uma realidade, muito mais frequentes seriam as simples dificuldades de visão provocadas pela idade, a vulgaríssima “vista cansada” que na época significava a impossibilidade de realizar os típicos labores femininos de que sobrevivia grande parte destas mulheres. Como se podia tecer, cozer, cerzir nessas condições? Lamentava-se uma mulher em 1813 que por ter “falta de vista só pode fiar, o que para pouco dá”. O trabalho contínuo de labores, prolongando-se pela noite dentro à luz bruxuleante da candeia ou da vela de sebo, provocava o desgaste prematuro da acuidade visual. Mas, frequentemente, também os homens se queixavam de falta de vista.

Diziam ainda os médicos que a má nutrição, a falta de agasalho e o trabalho excessivo estavam na origem da maior parte das enfermidades de que padeciam os pobres. Tudo isto aponta, pois, claramente, para o mau estado sanitário das populações mais carenciadas de Coimbra e para a existência de morbilidades socialmente determinadas.

3. A resposta assistencial

Traçado este retrato grosseiro da pobreza coimbrã, vejamos que soluções encontrou a cidade para lhe minorar o sofrimento.

Dois grandes instituições procuravam socorrê-la: a Misericórdia e os hospitais que, desde 1774, se reuniam numa unidade administrativa, os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC).

Tanto a Misericórdia como os HUC existem ainda e todos sabem do que se trata, mas as instituições, embora mantendo os nomes, mudam ao longo dos tempos. Muitas vezes, porque nos são familiares, não questionamos a possibilidade de o mesmo nome designar realidades que no passado eram bem diferentes daquilo que conhecemos ou nos é transmitido pela opinião geral. E julgo não me enganar ao pensar que é exactamente isso que acontece quando me refiro à Misericórdia e aos hospitais.

Durante todo este período, a terapêutica médica era tão incipiente que podia, com vantagem, ser aplicada em casa, longe dos contágios hospitalares e beneficiando de cuidados familiares que eram superiores aos cuidados de enfermagem, já que os enfermeiros hospitalares eram pessoas de baixa extracção social e sem qualquer formação. Os doentes eram, pois, tratados nos domicílios com visita do médico ou cirurgião, dietas ricas em carne, geralmente de galinha, e remédios aviados na botica. Assim sendo, os hospitais eram instituições de caridade pois só os pobres, isto é, aqueles que não tinham meios para pagar a visita médica domiciliária, para comprar medicamentos e as imprescindíveis galinhas, é que pediam internamento. Ninguém com um mínimo de consideração social baixava a um hospital. Aliás, nos inícios do século XIX, era vulgar pensar-se que com os progressos da civilização os hospitais desapareceriam à medida que a miséria das populações se atenuasse.

Quanto às misericórdias, é vulgar pensar-se que eram instituições eclesiásticas, isto é, criadas pela Igreja e/ou por ela controladas. Ora isso é absolutamente erróneo. As misericórdias eram associações de homens dos estratos médio e superior de cada localidade, constituídas por mandato régio ou com a sua autorização e com compromissos obrigatoriamente aprovados pelo poder central. Estiveram sempre isentas da jurisdição eclesiástica, querendo isto dizer que nem os párocos nem os bispos tinham qualquer poder de intervenção legal na sua actividade. As misericórdias, por privilégio seu, tinham no rei o seu interlocutor directo. É claro que a acção das misericórdias se integrava na doutrina católica, pois o seu objectivo era realizar as obras de misericórdia, mas eram associações de leigos, embora também os clérigos pudessem nelas ingressar na qualidade de cristãos, como todos os outros.

Dada esta explicação, temos, pois, a Misericórdia e os Hospitais como os dois grandes estabelecimentos de assistência da cidade. Outras instituições com acção menor,

mas não desprezível, eram a Câmara Municipal, o Paço Episcopal e o mosteiro de Santa Cruz.

À Câmara Municipal competia intervir no abastecimento regular da cidade (com o combate à carestia e à venda de géneros avariados), na higiene pública e na manutenção da ordem. Esta acção não pode ser esquecida. Além disso, tanto a Câmara, como a Mitra e o convento de Santa Cruz tinham médicos ou cirurgiões de partido que acudiam gratuitamente aos pobres nos seus domicílios. E pelo menos em meados de Setecentos o bispo de Coimbra mantinha também cerca de 180 pobres (“merceeiros”) residentes por todo o bispado. É possível que a assistência prestada pelos organismos eclesiásticos esteja subavaliada por falta de fontes ou por dificuldades de acesso a elas, mas o mais provável é que o papel da Igreja na assistência fosse marginal não só aqui em Coimbra como no país. Ao longo da época moderna e durante todo o século XIX são as misericórdias as principais instituições de assistência, absorvendo todas as vertentes dos socorros prestados aos mais carenciados. A Santa Casa de Coimbra é, aliás, uma excepção porque lhe escapava a actividade hospitalar.

3.1. A Misericórdia de Coimbra

Até 1842 a Misericórdia de Coimbra tinha por sede um espaço originalíssimo: por cima da igreja de S. Tiago, acrescentando-lhe um andar, fora construída outra igreja, a da Misericórdia, e ainda a casa do despacho e o cartório da Santa Casa. O Recolhimento das Órfãs, assim como a Botica, instalavam-se em prédios contíguos que se prolongavam pela rua de Coruche. A Roda dos Expostos dispunha de casa própria (desde 1785 com cemitério) no bairro de Montarroio. Em 1804 foi inaugurado o Colégio dos Órfãos de S. Caetano na rua dos Coutinhos, na Alta, e, após a extinção das ordens religiosas, por carta de lei de 15.9.1841, o governo doou à Misericórdia de Coimbra o Colégio da Sapiência (ou Colégio Novo ou Colégio de Stº Agostinho). Em 1842-43 transferiram-se para aí todos os serviços, mantendo-se a antiga igreja aberta ao culto. Com o alargamento da rua de Coruche em 1858, as antigas dependências sofreram um grande corte. A igreja e anexos foram reparados e o que restava do Recolhimento vendido. Nos princípios do século XX a igreja de S. Tiago foi remodelada visando-se repor a traça primitiva e demolida, portanto, a igreja da Misericórdia.

A acção da Misericórdia de Coimbra entre meados de Setecentos e meados de Oitocentos era imensa e diversificada.

Começo pelos expostos que se impõem pelo seu número, despesas colossais e dificuldades administrativas que envolviam. Contudo, os expostos constituem um caso à parte na acção assistencial da Misericórdia porque são no século XVIII a única obrigação assistencial pública, paga pelos contribuintes, e não pelos fundos da Santa Casa. A Misericórdia de Coimbra assumiu o serviço dos enjeitados em 1708 mas apenas a título de administradora, pois as receitas e as infra-estruturas não eram pertença da irmandade. Os expostos estiveram a cargo da Misericórdia até 1839, ano em que a Câmara Municipal de Coimbra assumiu o seu encargo e ano a partir do qual o estudo já foi realizado por João Lourenço Roque (1982: 708-769, 869-913).

Os rendimentos públicos afectos aos expostos de Coimbra (impostos sobre o consumo e transacções), apesar de várias vezes aumentados, foram sempre insuficientes para arcar com as despesas. A Santa Casa da Misericórdia cedo se apercebeu das dificuldades insolúveis geradas por tal desequilíbrio que se traduziam em resultados catastróficos: as amas externas, a quem se pagava com porções rateadas e com grandes atrasos, não acorriam à Roda, as crianças acumulavam-se nos berços e morriam aos magotes, a opinião pública mostrava-se adversa e o poder central inoperante. A Misericórdia, que pelo seu compromisso não estava obrigada à criação dos enjeitados, desde 1731 que pretendia eximir-se de tão ingrata tarefa. Foi com júbilo, portanto, que recebeu o decreto de Passos Manuel de 19 de Setembro de 1836, que retirava às misericórdias a administração dos expostos. No entanto, à Câmara Municipal não interessava assumir serviço tão espinhoso, pelo que foi protelando a transferência até que a força da lei se impôs em Maio de 1839.

O número de crianças expostas anualmente em Coimbra cresceu contínua e acentuadamente durante todo o século XVIII e primeiro quartel da centúria imediata, sendo esse crescimento notoriamente superior ao da população, tanto da cidade, como do bispado. De cerca de 20 em inícios de Setecentos, 100 em meados do século, 200 na década de 1770, ascendiam já aos 500/ano após a Guerra Peninsular. As crianças provinham de uma vasta região que chegava a ultrapassar os limites da diocese e a ela rapidamente regressavam dado o sistema adoptado de criação externa: depois de se

proceder ao seu registo e baptismo, os expostos eram entregues durante 7 anos a amas externas, camponesas residentes por todo bispado (e mesmo fora dele), que se deslocavam à Roda de Coimbra para receberem os bebés a aleitar a troco do salário que iria completar os seus magros recursos.

As lacunas documentais (a documentação, entregue à Câmara Municipal em 1839, está hoje desaparecida) não permitem calcular os níveis de sobrevivência, mas se não saíam rapidamente da Roda os resultados eram catastróficos, como em 1811-1813 em que aí morreram, no mínimo, 84 a 89% dos expostos desses anos e em 1838 em que os óbitos registados na casa da Roda pelos funcionários de então atingiram os 90%.

Debrucemo-nos agora sobre a acção social da Misericórdia fruto da sua própria iniciativa e custeada com os seus próprios rendimentos:

Na década de 1830 e em todo o bispado de Coimbra, funcionavam apenas dois colégios para crianças órfãs, ambos na cidade e ambos da Misericórdia: um de meninos, inaugurado em 1804, e um de meninas, aberto em 1823. Tinham uma lotação muito limitada, que cresceu ao longo da época em estudo, de 12 rapazes em 1804 para 30 em 1847 e de 12 meninas na fundação que eram já 18 em 1837 e 25 dez anos depois. 55 crianças, portanto, em meados de Oitocentos. Os rapazes entravam geralmente aos 6 anos e saíam aos 11-14 para aprenderem um ofício. 56% dos órfãos tornaram-se artífices, mas esta proporção baixa gradualmente ao longo do tempo, crescendo a representatividade dos boticários, que, no conjunto, são 16%. Seguiram estudos universitários, na sua maioria teológicos por imposição institucional, 10% dos órfãos. O destino das raparigas é quase sempre desconhecido, mas o que se pretendia era formar boas mães de família ou criadas de servir.

Os “meninos desamparados” da Misericórdia, eram crianças pobres lactantes, cuja mãe, por morte ou incapacidade física, não podia amamentar. A Santa Casa pagava a criação a cargo de uma ama durante alguns meses. Esta acção social, existente durante todo o século XVIII, estende-se às freguesias rurais e ganha importância ao longo do século XIX.

Também por iniciativa da Misericórdia funcionou em Coimbra, pelo menos desde 1805 e até 1815, uma aula externa gratuita para meninas pobres, que, a partir de 1812, se

reservou a órfãs. Aí aprendiam a ler, escrever, contar e os tradicionais labores femininos. Foi uma novidade e um êxito. A escola encheu e chegaram a leccionar quatro mestras.

O Recolhimento, aberto em 1701, destinava-se a órfãs pobres de 14 a 20 anos. Albergava-as por um período de 4 anos, durante os quais a família, acenando com a virtude garantida pela clausura, com os ensinamentos recebidos e, principalmente, com os 80 mil réis com que seriam dotadas, lhes procurava marido. Desde cedo atraiu também mulheres pobres e envergonhadas que aí escondiam a sua pobreza. Quando em 1800 a admissão das órfãs cessou por falta de rendimentos, a instituição passou a funcionar apenas com as porcionistas. Nada pagavam pelo alojamento, trabalhavam e vendiam o produto do seu labor e, eventualmente, recebiam alguma mensalidade de protectores.

Os entrevados e as mulheres idosas de Coimbra podiam pertencer aos róis da Misericórdia, isto é, receber dela ajuda certa e vitalícia. Para isso tinham de ser pobres, de exemplar conduta, incapazes de prover ao seu sustento, desamparados de familiares. Eram os *entrevados do rol* e as *merceeiras*. Além da mesada, recebiam roupas, três propinas anuais e, sempre que adoecessem com alguma moléstia aguda, visita médica e remédios gratuitos. Mas os róis eram muito restritos, com apenas 30 lugares cada um, não conseguindo, de forma alguma, remediar todas as situações de penúria que se viviam na cidade. Por isso eram disputados. Privilegiavam-se sempre as viúvas e órfãs dos confrades e as pessoas empobrecidas de maior categoria social.

Embora a Misericórdia de Coimbra não tivesse hospital, prestava também cuidados aos doentes: os médicos e cirurgiões de partido acudiam gratuitamente aos pobres nos seus domicílios e, além da visita médica, a Misericórdia fornecia remédios gratuitos. Para assegurar melhor este serviço, foi inaugurada a botica em 1804. Neste estabelecimento, onde se vendiam remédios ao público com o objectivo de se conseguir autofinanciamento, todos os pobres atendidos pelos médicos da Santa Casa aviavam gratuitamente as suas receitas. Entre 1804 e a instauração do liberalismo, a botica da Misericórdia desempenhou um papel social notável. Foi um desastre financeiro mas um êxito sob o ponto de vista social. A Misericórdia custeava ainda a cura dos tinosos, pagava fornecimentos diários de leite, deslocações a termas e praias e mandava transportar os doentes ao Hospital Real numa cadeira especialmente concebida para o

efeito. Competia também aos mordomos de cada mês visitar os enfermos nas suas casas, no Tronco e na prisão.

Antes das reformas liberais, Coimbra tinha cinco cadeias públicas. A da Portagem (no largo do mesmo nome), o aljube do bispo (em frente à entrada do Paço), a cadeia da Universidade (por baixo da Sala dos Capelos até à reforma pombalina e, depois desta, nas caves da biblioteca), o aljube de Santa Cruz (perto do convento) e os cárceres da Inquisição (nas suas instalações). Os presos pobres da Portagem e, depois da vitória liberal, também os do Aljube que fora do bispo, eram assistidos pela Misericórdia que lhes proporcionava socorros espirituais, físicos e jurídicos. Avalie-se a importância deste serviço numa época em que nada se dava aos presos: nem cama, nem roupa, nem alimentação, nem assistência médica, nem apoio jurídico. Absolutamente nada. Quem não tivesse auxílios externos percia à míngua.

Uma outra obra da Misericórdia era a concessão de dotes para casamento a órfãs pobres. E isto porque a constituição da família era difícil para quem nada tinha. O casamento traduzia-se, sem dúvida alguma, em factor de empobrecimento para os homens que viviam apenas do seu trabalho. Casar e constituir família era para eles um risco com resultados bastante previsíveis. Havia que atraí-los, compensando-os com um dote que possibilitasse um fundo de maneiio ou a aquisição de instrumentos de trabalho. A importância social da dádiva do dote radica na dificuldade real sentida pelas mulheres pobres em casar, casamento tanto mais necessário para elas quanto era problemática a sobrevivência de uma mulher só. Os “ténues ganhos de uma mulher”, para utilizar uma expressão vulgar na época, são uma realidade, e, de modo algum, um exagero para suscitar piedade. Assim, os dirigentes das instituições de assistência temiam que essas mulheres, sem o arrimo de um pai ou de um marido, caíssem facilmente na miséria e, considerando-as um sexo frágil por natureza, rapidamente enveredassem por uma vida pecaminosa mais lucrativa que o trabalho manual. A Santa Casa oferecia, portanto, todos os anos dotes para casamento a um determinado número de raparigas pobres, órfãs de pai, de comportamento exemplar e com idades compreendidas entre os 14 e os 33 anos. Entre 1750 e 1849 concorreram aos dotes da Santa Casa de Coimbra pelo menos 3.671 órfãs pobres tendo sido dotadas 2.970. As candidatas tinham em geral 18 a 25 anos e viviam sobretudo em casa alheia, para onde a sua situação de pobreza as empurrava. É que as

órfãs concorrentes aos dotes eram absolutamente pobres, pois a larga maioria não recebera qualquer herança por morte do pai e, mesmo aquelas que haviam herdado alguma coisa, tinham legítimas de montante irrisório. Que os dotes dados pela Misericórdia eram atractivos nestes meios sociais, prova-o o facto de a maioria das dotadas ter casado.

A Misericórdia distribuía também copiosas esmolas, mas privilegiava as dádivas justificadas, isto é, precedidas de requerimento escrito onde cada um descrevia a sua situação, texto que vinha atestado pelo pároco e, eventualmente, por um médico ou cirurgião. Trata-se, na maioria das vezes, de pessoas consideradas pobres envergonhados, embora esta expressão não designe obrigatoriamente gente com foros de fidalguia, pois tratava-se, em geral, de artesãos empobrecidos.

Outra modalidade de assistência era o socorro prestado aos viajantes, intensamente praticado por meados de Setecentos. A Misericórdia de Coimbra subsidiou em média, durante a segunda metade do século XVIII, 800 a 900 pessoas por ano com cartas de guia ordinárias e cerca de 250 com cavalgadura. Posteriormente, os subsídios concedidos aos viajantes ordinários (capazes de caminhar pelo seu pé) diminuíram de forma acentuada.

Por fim, a Misericórdia completava a sua acção no itinerário pessoal de cada pobre custeando o funeral e mandando sufragar a alma. Eram os chamados *enterros por amor de Deus*.

A acção da Misericórdia de Coimbra era, pois, ampla e importantíssima. Assegurava um enorme leque de socorros cobrindo múltiplas situações, desde o nascimento à morte. Entre 1750 e 1770 despendeu com os pobres, no mínimo, 53% da totalidade das suas despesas. Entre 1772 e 1779 os pobres absorveram 63%. Entre 1804 e 1830 aplicou aos pobres 68% de todas as suas despesas. E, finalmente, em 1831-1850, reservou-lhes 65% dos seus gastos, sendo a maior fatia (33%) despendida com os dois Colégios dos Órfãos. Quer isto dizer que canalizou sempre a maior parte das suas receitas para os pobres e não para o culto ou despesas com recheio ostentatório, como parecem ter feito algumas das suas congéneres.

3.2. *Os hospitais*

Até 1774 existiam em Coimbra três hospitais: o Hospital Real, situado na Praça da cidade (actual Praça do Comércio) fundado nos primeiros anos do século XVI pelo rei D. Manuel e desde cerca de 1530 dirigido pelos cônegos seculares de S. João Evangelista (Lóios) sob fiscalização régia através da Mesa da Consciência e Ordens; o Hospital de S. Lázaro, localizado à saída de Coimbra para o Porto (entre as actuais rua da Figueira da Foz e avenida Fernão de Magalhães), de fundação medieval, destinado a leprosos e nos séculos XVIII e XIX a pessoas com doenças de pele, governado até 1774 por um provedor de nomeação régia; e o Hospital da Convalescença, fundado em 1743, instalado junto ao Hospital Real, sob a administração da Misericórdia e recebendo os doentes convalescentes que tinham alta do Hospital Real. Os hospitais de convalescença, hoje inexistentes, eram considerados na época da maior importância. É que a clientela hospitalar, os pobres, não possuía em casa quaisquer condições, pelo que recaía imediatamente, regressando ao hospital ou morrendo pouco depois.

Em 1774 Pombal decretou a união administrativa dos três hospitais da cidade formando os Hospitais da Universidade de Coimbra. As novas instalações, ocupando uma parte do extinto Colégio dos Jesuítas, com entrada pela Couraça dos Apóstolos, em local próximo da Universidade para facilitar o ensino, começaram a funcionar em 1779. Aí se acomodaram os doentes dos Hospital Real e da Convalescença, passando este edifício a ser conhecido por Hospital da Conceição. A sua capacidade era diminuta: 68 camas no início, mais tarde 80 e depois, em 1810, 120. Em 1853 o Hospital da Conceição transferiu-se para os colégios das Artes e de S. Jerónimo, onde se manteve até 1987. Quanto a S. Lázaro, depois da reforma pombalina permaneceu nas antigas instalações, já degradadas, em sítio insalubre e distante da Universidade e dos outros hospitais. Só em Dezembro de 1836 foi transferido para o grandioso edifício do extinto Colégio de S. José dos Marianos (actual Hospital Militar). Alguns anos depois, em 1851, e apesar da forte resistência da Faculdade de Medicina, o governo concedeu o ex-Colégio dos Marianos às religiosas Ursulinas para a instalação de um colégio de meninas. S. Lázaro transitou então para S. Jerónimo e em 1853 para o antigo Colégio Militar, demolido nos anos 1940 e que se situava, aproximadamente, onde hoje é o edifício das Matemáticas. Essas três grandes massas de pedra, os Colégios das Artes, de S. Jerónimo e dos Militares, formavam então, em meados do século XIX, os Hospitais da Universidade de Coimbra.

Antes da criação dos HUC cada um dos hospitais da cidade tinha os seus rendimentos próprios, provenientes de rendas agrícolas, de juros de capitais, de alguns impostos públicos, etc. Estas fontes de rendimento permaneceram, sendo administradas pela Junta da Fazenda da Universidade que entregava ao director dos HUC os rendimentos dos hospitais, em duodécimos. Os bens dos hospitais escaparam às leis de desamortização dos anos 1830, mas a gestão é retirada à Universidade e, depois de algumas hesitações, entregue ao Governo Civil em 1851. Durante toda a época aqui em apreço as fricções foram constantes entre a entidade que geria e arrecadava as rendas e os directores dos HUC. Estes sempre suspeitaram que a Universidade ficava com parte dos rendimentos dos hospitais e sempre reclamaram contra a insuficiência dos duodécimos arbitrados. De facto, o quotidiano dos HUC foi gravemente afectado pela insuficiência financeira, a ponto de se cancelarem os internamentos, de se cercear a alimentação, de se expulsarem os doentes.

Durante todo este período, a procura de cuidados hospitalares ultrapassou sempre a capacidade dos HUC, vivendo-se, por isso, momentos dramáticos na Couraça dos Apóstolos, para onde os doentes afluíam em vão, pois não encontravam aí acolhimento. Repelidos à porta, os pobres vociferavam e insultavam os médicos, indo morrer pelas ruas, como denunciam os directores dos hospitais em 1798, 1800, 1811, 1823, e ainda nas décadas de 30 e 40. O afluxo de soldados, cujo internamento era imposto por lei, foi outra causa de recusa de admissões, pois a entrada de militares impossibilitava a aceitação de civis.

Em meados do século XVIII, com o Hospital Real ainda administrado pelos Lóios, as admissões anuais rondavam as 500. Em 1781 ultrapassou-se pela 1ª vez os mil internamentos anuais. Em 1811, ano de crise, foram mais de 2000. Depois desta data serão sempre mais de um milhar e, nos finais da década de 1840, são já 2000 por ano, excluindo os militares.

Os doentes eram maioritariamente pessoas solteiras ou viúvas, isto é, aquelas que não tinham condições de ser amparadas em casa quando enfermavam. Eram pobres, como já salientei: apenas 0,4% dos doentes foram considerados capazes de pagar as despesas. 70% vestiam à entrada roupas consideradas “velhas”, ou “muito velhas” ou “miseráveis”. Nos anos 1780/90, 82% dos homens internados eram ou tinham sido

trabalhadores, artesãos, criados e mendigos. Quanto às mulheres, na opinião pouco generosa do director dos HUC em 1800, eram “velhacas, sem Ley, sem costumes, e talvez sem Religião”. No universo dos hospitalizados de 1780-90, 60% dos homens e 77% das mulheres viviam na urbe e arrabaldes. Mas apesar disso, a área de influência do Hospital da Conceição era significativa, já que 40% da clientela masculina e 23% da feminina chegava a Coimbra proveniente de zonas rurais - imagine-se em que condições de viagem – para buscar o socorro médico que, de facto, conseguiu.

Apesar de tantas adversidades, sobreviviam 85 a 90% dos doentes. É que grande parte dos internados baixava aos hospitais por esgotamento, fome, desamparo e não por doença propriamente dita. Nestas instituições encontravam abrigo, repouso e alimentação abundante à base de pão, carne de carneiro e galinha, arroz e caldos. E era esta tríade a verdadeira e mais eficaz terapêutica. Os melhores anos registaram 7 a 9% de óbitos, havendo, no entanto, grandes variações, pois tudo dependia das patologias. Em 1845, por exemplo, morreram 7% dos doentes, mas dois anos depois a mortalidade foi já de 13%.

Conclusão

A rede assistencial que Coimbra implantou era absolutamente selectiva, acudindo apenas aos casos mais gritantes, não existindo aqui qualquer estrutura que visasse a prevenção da pobreza. Mas não era só aqui. Em todo este século não se concretizou nenhuma autêntica reforma da assistência, nem na cidade, nem no país, apesar de tantos projectos concebidos pelos economistas políticos.

De qualquer forma, os pobres não pereciam à míngua. Conseguiram sobreviver servindo-se de expedientes, da improvisação e do recurso amiudado à assistência. E a cidade oferecia, apesar de tudo, muitos socorros. Socorros que eram diversificados e relativamente bem adaptados às necessidades concretas de quem era pobre e desvalido. Por isso, penso que seria injusto não realçar a importância social dos serviços prestados quer pela Misericórdia, quer pelos Hospitais de Coimbra durante este longo período de 100 anos.

Bibliografia citada:

CASCÃO, Rui - “Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX”, *Boletim do Arquivo da Universidade*, 4 1978 1-37.

FONSECA, Fernando Taveira da - *A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e económico*. Coimbra: 1992.

LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000.

MOTA, Guilhermina - “Estruturas familiares no mundo rural. Grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801”, *Revista Portuguesa de História*, 24, 1990 1-66.

MOTA, Guilhermina - “Notas para o estudo da família em Penela no século XIX” em *“Na morte de um homem bom”*: *Homenagem ao Professor Salvador Dias Arnaut*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1998.

NETO, Margarida Sobral, “Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (sécs. XVII-XIX)”, *Revista Portuguesa de História*, 29, 1994 55-83.

OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971-1972.

ROQUE, João Lourenço - *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*. *Contributo para o seu estudo*. Coimbra: 1982.